

METAMORFOSE DO LEVIATÃ: UMA ANÁLISE CRÍTICA DO CIBERLEVIATÁN DE JOSÉ MARÍA LASSALLE

Eliel Rocha Dorneles

ARTIGO ORIGINAL

RESUMO

O presente artigo analisa criticamente a obra *Ciberleviatán*, de José María Lassalle, examinando as implicações políticas e civilizacionais da revolução digital para a sociedade contemporânea. Partindo da hipótese de que o Leviatã hobbesiano sofre uma mutação ontológica ao se converter em soberania algorítmica, invisível e autorreferente, o estudo explora como o *Homo digitalis* emerge como sujeito desprovido de corporeidade, autonomia e senso crítico, imerso na lógica anestesiante algorítmica. Utilizando método hipotético-dedutivo e técnica bibliográfica, o artigo articula os principais elementos da crítica lassalleana com os debates contemporâneos sobre soberania digital e espaço público. Conclui-se que a preservação de uma cidadania democrática exige a construção de um pacto humanista-tecnológico que revalorize a sensibilidade, a alteridade e os direitos fundamentais na era algorítmica.

Palavras-chave: Ciberleviatán; soberania digital; democracia constitucional; capitalismo de vigilância.

METAMORPHOSIS OF THE LEVIATHAN: A CRITICAL ANALYSIS OF JOSÉ MARÍA LASSALLE'S CYBERLEVIATÁN

ABSTRACT

This article critically analyzes the work *Ciberleviatán* by José María Lassalle, examining the political and civilizational implications of the digital revolution for contemporary society. Based on the hypothesis that the Hobbesian Leviathan undergoes an ontological mutation by transforming into an invisible and self-referential algorithmic sovereignty, the study explores how *Homo digitalis* emerges as a subject deprived of corporeality, autonomy, and critical sense, immersed in the numbing logic of algorithms. Using the hypothetical-deductive method and bibliographic technique, the article articulates the main elements of Lassalle's critique with contemporary debates on digital sovereignty and the public sphere. It concludes that the preservation of democratic citizenship requires the construction of a humanistic-technological pact that revalues sensitivity, otherness, and fundamental rights in the algorithmic age.

Keywords: Ciberleviatán; digital sovereignty; constitutional democracy; surveillance capitalism.

Instituição afiliada: Universidade Regional Integrada do Alto Uruguai e das Missões - RS

Dados da publicação: Artigo publicado em Julho de 2025

DOI: <https://doi.org/10.36557/pbpc.v4i2.366>

Autor correspondente: Eliel Rocha Dorneles. Advogado, Mestre e Doutorando em Direito.

This work is licensed under a [Creative Commons Attribution 4.0 International License](https://creativecommons.org/licenses/by/4.0/).



1 INTRODUÇÃO

A contemporaneidade é marcada por profundas transformações estruturais que reconfiguram as formas de poder, os regimes de subjetivação e os fundamentos da vida democrática. Dentre essas transformações, destaca-se a emergência de um novo paradigma tecnológico-informacional que, conforme argumenta José María Lassalle (2019) em sua obra *Ciberleviatán: El colapso de la democracia liberal frente a la revolución digital*, promove uma mutação ontológica e política sem precedentes: a metamorfose do Leviatã clássico — figura emblemática da soberania moderna descrita por Hobbes — em um Leviatã algorítmico, invisível, onipresente e autorreferente, sustentado pelas arquiteturas do capitalismo digital.

A hipótese central que orienta esta investigação consiste em afirmar que a revolução digital não apenas introduz novas ferramentas tecnológicas no seio das democracias liberais, mas reorganiza seus fundamentos constitutivos, deslocando o poder decisório do humano para o código, do espaço público deliberativo de Habermas (2003) para os fluxos algorítmicos, e do corpo político soberano para a engenharia da previsibilidade comportamental, fruto do capitalismo de vigilância, conforme Zuboff (2021). Nessa nova ecologia social, o *Homo digitalis*, descrito por Lassalle, emerge como sujeito sem corporeidade, autonomia e senso crítico, dissolvido nas redes e capturado pela lógica anestesiante da eficiência, da segurança e da personalização absoluta.

Este artigo busca, portanto, analisar o sentido e as implicações dessa metamorfose, compreendendo-a não apenas como um fenômeno tecnológico, mas sobretudo como um acontecimento político e civilizacional que interpela os alicerces do humanismo moderno, da cidadania democrática e dos direitos fundamentais.

A partir de uma leitura crítica das principais seções da obra de Lassalle — que percorrem temas como o tsunami de dados, corpos em retirada, liberdade assistida, governo algorítmico e o proletariado cognitivo — pretende-se evidenciar os modos pelos quais o Ciberleviatán opera como soberano de uma era pós-humanista, instaurando um regime de controle normativo que dispensa violência explícita, pois atua na subjetividade e nos automatismos do desejo.

A relevância teórica e prática deste estudo reside em tensionar o diagnóstico Lassalleano com os debates contemporâneos sobre soberania digital, capitalismo de vigilância e crise democrática, buscando compreender se e como ainda é possível conceber resistências políticas capazes de frear a marcha do Ciberleviatán.

2 METODOLOGIA

O presente estudo adota o método hipotético-dedutivo, partindo de hipóteses previamente formuladas para confrontá-las com o referencial teórico. O caráter dedutivo da pesquisa assegura um percurso lógico que vai da problematização geral à análise específica do fenômeno denominado Ciberleviatán, identificando seus efeitos sobre a subjetividade, a cidadania e o espaço público.

A técnica de pesquisa empregada é a bibliográfica de modo que a obra Ciberleviatán (Lassalle, 2019) ocupa lugar central no corpus analítico, funcionando como eixo interpretativo para compreender a transformação do Leviatã moderno em soberania algorítmica.

3 RESULTADOS e DISCUSSÃO

O autor começa sua obra descrevendo a hiper digitalização da vida, nomeando esse fenômeno como “Tsunami de Dados”. José María Lassalle descreve a emergência de um novo poder no século XXI: o Ciberleviatán, um soberano digital que nasce da massiva produção e gestão de dados. Ele observa que, diferentemente das concepções clássicas de poder que exigiam legitimidade e conceitos teóricos, o poder atual dispensa tais mediações, baseando-se em correlações e previsões algorítmicas que ordenam a realidade a partir de uma soberania da lógica matemática. A digitalização global dissolve as narrativas modernas de autonomia e racionalidade, promovendo uma substituição do humano pelo código, enquanto a cidadania — eixo das democracias liberais — colapsa frente à eficiência tecnocêntrica.

A explosão informacional, cria um ser humano ciberadaptado, o *Homo digitalis*, que delega decisões a assistentes digitais e perde gradualmente sua pele analógica, tornando-se um fragmento em rede, dissolvido nas telas, de modo que "respira por

aparelhos” como diria Faustino (2023). Essa mutação não apenas cria um proletariado digital homogêneo, mas também instala uma crise subjetiva: a infoxicação mina a capacidade de escolha e alimenta o desejo por ordem e segurança, preparando terreno para um pacto social com o Leviatã tecnológico (Lassalle, 2019).

Nesse novo cenário, os corpos humanos se encontram em retirada, configurando um verdadeiro colapso do humanismo, uma vez que o humano perde centralidade diante de um mundo governado por inteligência artificial e algoritmos. Assim, “a noção de existência humana está sendo redefinida, abrindo espaço para uma multiplicidade de identidades e formas de ser” (Dorneles, 2024, p. 409). A ação consciente é progressivamente delegada às máquinas, enquanto o corpo, suporte sensível da identidade, torna-se obsoleto, pois a existência digital dispensa corporeidade (Lassalle, 2019). A narrativa digital desvaloriza a vulnerabilidade, a dor e a finitude humanas, vistas como falhas a serem superadas pelo ideal transumanista. Essa lógica substitui a corporeidade por uma hegemonia da consciência digitalizada, criando um *Homo digitalis* desprendido do contato físico e cada vez mais integrado a comunidades virtuais.

Lassalle (2019) recupera a tradição iluminista e liberal que via no corpo não apenas um objeto físico, mas o fundamento da subjetividade, da cidadania e dos direitos fundamentais. Com a ascensão do capitalismo cognitivo, esse corpo passa a ser substituído por identidades algorítmicas e interfaces digitais que esvaziam a experiência sensível e alteram os fundamentos epistemológicos da subjetividade. O corpo, que foi matriz de empatia, justiça e reconhecimento social, agora cede lugar a uma alteridade mediada por telas e algoritmos, desativando as bases democráticas e abrindo caminho para uma soberania tecnológica.

A liberdade, direito fundamental de primeira dimensão, igualmente sofre uma mutação ontológica, substituindo o corpo e a autonomia por uma dependência tecnológica que redefine a identidade. O *Homo digitalis* vive uma liberdade assistida, diminuída, moldada por algoritmos que dirigem comportamentos e decisões, afastando-o do ideal liberal kantiano de autonomia racional (Lassalle, 2019). Esse processo não apenas enfraquece a experiência individual de liberdade, mas também

desmonta os alicerces democráticos ao produzir cidadãos imaturos, seduzidos por conforto e segurança, incapazes de exercer responsabilidade cívica ou crítica — e, portanto, vulneráveis ao populismo.

Ao deslocar a liberdade para o plano de uma assistência algorítmica, a sociedade mergulha em um regime de controle disfarçado de eficiência, onde segurança doméstica, saúde e consumo são geridos por inteligências artificiais onipresentes. A promessa transumanista de superar a corporeidade, ou tornar-se *homo deus* (Harari, 2016), cria uma subjetividade anestesiada, entregue a um determinismo tecnológico que elimina incertezas e reduz a liberdade a um simulacro. Lassalle (2019) alerta para o risco de um totalitarismo digital, onde a vigilância panóptica é aceita como garantia de bem-estar e previsibilidade, enquanto a essência humana — fundada na vulnerabilidade, no erro e na autoconsciência — é lentamente esvaziada e substituída por uma ficção algorítmica.

Com relação à regulamentação digital, Lassalle (2019) descreve como os algoritmos passaram de simples ferramentas matemáticas a soberanos invisíveis que governam o fluxo massivo de dados da era digital (*Algoritmo-Lei sem Lei*). Eles organizam, hierarquizam e personalizam a informação que são consumidas, criando uma experiência normativa que molda desejos, escolhas e comportamentos sem mediação política ou legal. Esse tecnopoder, concentrado nas mãos de uma elite global de acionistas e programadores, mina a equidade democrática, segundo o autor, impondo uma estrutura social que transforma cidadãos em “trabalhadores não remunerados” que produzem dados para o lucro das plataformas digitais. Morozov (2018, p. 165) denomina esse fenômeno como “extrativismo de dados”, o qual é análogo ao extrativismo de recursos naturais em busca do lucro.

Além de prever, os algoritmos começam a prescrever comportamentos, dissolvendo as fronteiras entre predição e determinação. A autoridade passa do humano para a máquina, instaurando um regime de razão calculadora que neutraliza os fundamentos liberais da liberdade e da democracia. Combinados à biotecnologia e à inteligência artificial, esses sistemas prometem interpretar e até induzir emoções humanas, pavimentando o caminho para um Leviatã tecnológico com potencial

totalitário. Para Lassalle (2019), essa nova ordem ameaça instaurar uma ditadura digital onde resistir se tornaria impossível, pois o controle não seria apenas externo, mas entranhado na própria subjetividade.

Lassalle (2019) alerta que, diferentemente das revoluções industriais anteriores, a atual automação não desloca apenas setores, mas ameaça desestruturar todo o tecido social, sem garantia de reabsorção do desemprego em novas atividades. A ausência de governança democrática sobre o capitalismo de plataformas favorece a concentração de poder em corporações tecnológicas, criando um tecnopoder desregulado e sem contrapesos. Este cenário, aliado à desinformação, fake news e linchamentos digitais, acelera a erosão da cidadania crítica, alimenta uma ordem despótica algorítmica e nos empurra, enquanto sociedade, para os braços do Ciberleviatán, transformando humanos em meros satélites de uma nova soberania tecnológica.

O Ciberleviatán em Marcha. Lassalle (2019) descreve esse fenômeno como a ascensão de uma ditadura digital que ocorre sem violência, sustentada por uma utopia tecnológica que dissolve a cidadania crítica em um proletariado cognitivo. A política cede espaço a um ciberpopulismo viralizado nas redes sociais, enquanto os humanos, seduzidos pela eficiência e conectividade, abrem mão de seus direitos em troca de segurança e pertencimento digital. O ser humano deixa de ser *zoon politikon* (*animal político*), como pensava Aristóteles, para tornar-se *zoon elektronikón*, um animal eletrônico cuja identidade depende da rede. Nesse cenário, a renda básica universal, segundo o autor, surge como moeda de pacificação social, mais clientelista do que igualitária, evitando revoltas frente à automação massiva.

O Ciberleviatán atualiza o pacto hobbesiano, centralizando um poder soberano sem limites, sustentado por big data, inteligência artificial e algoritmos onipresentes. Esse poder elimina mediações democráticas, dissolve a distinção entre público e privado e transforma cidadãos em sujeitos totalmente monitorados, cujos desejos e medos são antecipados e geridos. Sob a promessa de paz e prosperidade, instaura-se um determinismo tecnológico niilista, onde a liberdade é substituída por previsibilidade algorítmica. O futuro torna-se um horizonte sem esperança humana,

exceto se uma resistência inesperada emergir para recuperar a liberdade entre os escombros de sua negação (Lassalle, 2019).

Acerca da crise do liberalismo, Lassalle (2019) sustenta que apesar dessa crise ser grave, ainda é possível resistir à ascensão do Ciberleviatán. Ele propõe um pacto humanista e tecnológico que reafirme a liberdade, a dignidade e a responsabilidade humanas diante do avanço algorítmico. A Europa é vista como espaço privilegiado para essa resistência, ao contrário dos EUA, cativos do Vale do Silício, segundo o autor, e da China, já sob autoritarismo digital. Para Lassalle (2019), a transformação digital não precisa culminar em submissão: é possível redesenhar o pacto social para incluir direitos cibernéticos, propriedade sobre dados e uma cidadania digital consciente e ampliada.

Por fim, o autor convoca o liberalismo a retomar sua vocação crítica e revolucionária, inspirada em Locke e Rawls, para limitar o poder tecnocrático e proteger a autonomia humana. Ele defende uma governança legal robusta que enfrente monopólios, regule algoritmos e garanta direitos fundamentais digitais. Essa nova ética deve afirmar o valor do corpo, da sensibilidade e da empatia como fundamentos de uma sociedade justa, recusando o determinismo transumanista. Lassalle (2019) propõe, enfim, um humanismo tecnológico, em que a técnica seja instrumento da liberdade e não sua negação.

4 CONCLUSÃO

O presente estudo teve como objetivo central analisar criticamente a obra *Ciberleviatán*, de José María Lassalle. A partir da hipótese de que o Leviatã clássico hobbesiano sofre uma metamorfose ontológica e política para dar lugar a um soberano algorítmico, invisível e normativo — o Ciberleviatán —, buscou-se compreender como os fluxos algorítmicos, a personalização extrema e o capitalismo de vigilância reconfiguram os fundamentos do humanismo moderno e instauram um novo regime de governança tecnopolítica.

Os achados deste trabalho evidenciam que, no modelo lassalleano, o *Homo digitalis* emerge como sujeito com ausência de corporeidade, autonomia e senso

crítico, dissolvido em redes digitais que naturalizam a vigilância e a eficiência como imperativos normativos. A liberdade, outrora fundada na autonomia racional kantiana, cede espaço a uma liberdade assistida, moldada por algoritmos que dirigem desejos, escolhas e decisões, tornando o ideal liberal de cidadania madura uma promessa esvaziada. Além disso, destaca-se que a personalização algorítmica e a lógica do big data instauram uma soberania tecnológica que mina as mediações políticas tradicionais, transformando cidadãos em “proletariado cognitivo” e deslocando o centro decisório da esfera pública deliberativa para sistemas automatizados de prescrição comportamental.

A contribuição teórica desta investigação reside, sobretudo, na articulação entre a crítica lassalleana e os debates contemporâneos sobre soberania digital, capitalismo de vigilância e crise democrática, fornecendo um aporte reflexivo relevante para os estudos interdisciplinares em direito constitucional, filosofia política e ciências sociais.

Por fim, urge a necessidade de repensar o pacto social à luz de uma ética humanista-tecnológica, capaz de resgatar a centralidade da corporeidade, da sensibilidade e da alteridade, condições mínimas para a construção de uma cidadania democrática, plural e crítica.

5 REFERÊNCIA

DORNELES, E. R. REDEFININDO A EXISTÊNCIA: PÓS-HUMANISMO, FILTRO BOLHA E A CRISE DA AUTONOMIA HUMANA. **Revista OWL (OWL Journal) - REVISTA INTERDISCIPLINAR DE ENSINO E EDUCAÇÃO**, [S. l.], v. 2, n. 5, p. 407–422, 2024. DOI: 10.5281/zenodo.14212445. Disponível em: <https://www.revistaowl.com.br/index.php/owl/article/view/331>. Acesso em: 13 jul. 2025.

FAUSTINO, André. **A Sociedade do Silício**: Inteligência artificial e a proteção da privacidade. 1ª Edição, Lura Editorial – São Paulo – 2023.

HABERMAS, Jürgen. **Mudança estrutural da Esfera Pública**: investigações quanto a uma categoria da sociedade burguesa. Tradução de Flávio R. Kothe. - Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro, 2003.

HARARI, Yuval Noah. **Homo Deus**: uma breve história do amanhã. Tradução de Paulo Geiger. — 1ª ed. — São Paulo: Companhia das Letras, 2016.

LASSALLE, José María. **Ciberleviatán**: El colapso de la democracia liberal frente a la revolución digital. - 1ª ed. Barcelona: Arpa, 2019.

MOROZOV, Evgeny. **Big Tech**: a ascensão dos dados e a morte da política. Traduzido por Claudio Marcondes. - São Paulo: Ubu Editora, 2018.

ZUBOFF, Shoshana. **A era do capitalismo de vigilância**: a luta por um futuro humano na nova fronteira do poder. Tradução de George Schlesinger. - 1. ed. - Rio de Janeiro: Intrínseca, Edição digital: 2021.